

**Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO DE 2016

LEI Nº 1.248/2015

JAGUARIBE – CE, 20 DE AGOSTO DE 2015.

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

LEI Nº 1.248/2015, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Jaguaribe - CE, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Jaguaribe - CE, para o exercício de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I- as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II- as diretrizes e estrutura organizacional para elaboração da Lei do Orçamento Anual;
- III- as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- IV- as diretrizes para execução e limitação dos orçamentos do Município;
- V- as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI- as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII- as disposições gerais.

CAPITULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRACAO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e as metas para o exercício financeiro de 2016 estão especificadas no anexo I que integra a presente Lei, cujos investimentos estão contemplados nas diretrizes do Plano plurianual (PPA), para o quadriênio 2014 a 2017.

§ 1º - A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 2º - As dotações orçamentárias das metas e prioridades contempladas no anexo I desta Lei serão fixadas no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, que será encaminhado ao Legislativo Municipal até o dia 01 de outubro de 2015.

Art. 3º - A elaboração e aprovação do Projeto da Lei do Orçamento Anual - LOA, exercício de 2016, e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 4º da LC 101/2000.

§ 1º - A elaboração e a execução da LOA 2016 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

§ 2º - As prioridades e as metas especificadas no Anexo I terão precedência na alocação de recursos no orçamento do exercício de 2016, não se constituindo em limite a programação das despesas.

§ 3º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA A ELABORAÇÃO DA LEI DO ORÇAMENTO ANUAL

Seção I

Diretrizes Gerais

Art. 4º - A elaboração e a aprovação do Projeto da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016 e dos créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com o princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º - Em atenção ao que preceitua a Lei Complementar 131, os poderes Executivo e Legislativo darão ampla transparência aos gastos públicos, com a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, e ainda com a publicação dos seguintes relatórios e documentos:

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

- a) estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
- b) Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- c)- Prestação de Contas de Governo e Prestações de Contas de Gestão.
- d)- incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

§ 2º - O Poder Legislativo deverá realizar audiências públicas durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2016, que contarão com a participação de entidades dos movimentos sociais, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º - As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do panorama econômico ou de qualquer outro fator relevante.

§ 4º - As estimativas das despesas obrigatórias de que trata os anexos desta Lei deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, o comportamento das despesas em anos recentes, os efeitos decorrentes de decisões judiciais e o nível de endividamento do município.

Art. 5º - A coleta de dados das propostas orçamentárias dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo, o seu processamento e a sua consolidação no Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2016, bem como suas alterações e as modificações nos quadros de detalhamento da despesa, serão feitos por meio de sistema integrado de gestão orçamentária, vinculado a Secretaria de Planejamento e Gestão.

Parágrafo Único - Os relatórios que consolidam a Proposta Orçamentária dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo deverão ser encaminhados e protocolados na Secretaria de Planejamento e Gestão, devidamente validadas por seu titular, até 01 de setembro de 2015.

Art. 6º - A Lei do Orçamento Anual abrangerá os orçamentos fiscal e da seguridade social, referentes aos órgãos do Poder Executivo e Legislativo, seus fundos, autarquias, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 7º - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada na forma e conteúdo estabelecidos nesta Lei e em consonância com as disposições sobre as matérias contidas na Constituição Federal e nas normas complementares, devendo ser encaminhada ao Poder Executivo para ajuste e

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

consolidação do Projeto de Lei do Orçamento Anual até o dia 31 de agosto de 2015, observados os limites fixados no Art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 8º - A Lei do Orçamento Anual conterá reserva de contingência em montante equivalente até o limite de 04 (quatro) por cento da receita corrente líquida - RCL, apurada no RREO do 4º bimestre de 2015, que será destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos, eventos fiscais imprevistos, conforme inciso III, do art. 5º da LC nº 101, de 2000, e ainda, contrapartidas para convênios firmados e não previstos na proposta inicial.

Parágrafo Único - Para efeito desta Lei, consideram-se passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos a deficiência de saldos orçamentários para o pagamento de despesas vinculadas à pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, amortização da dívida contratados e precatórios judiciais, cuja deficiência das dotações iniciais se deram por conta de fatores imprevistos, como aumento do salário mínimo, aumento do piso nacional salarial, reposição da perda salarial através da revisão geral anual, dentre outros, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar referidas dotações, utilizando como fonte de recurso a anulação de saldos orçamentários da Reserva de Contingência.

Art. 9º - Para cumprimento das metas estabelecidas, sempre que necessário, em razão dos efeitos da economia nacional ou catástrofes de abrangência limitada ou decorrentes de mudança de legislação, o Poder Executivo adaptará as receitas e as despesas da LOA 2016 da seguinte forma:

- I - alterando a estrutura organizacional ou a competência legal ou regimental de órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo;
- II - incorporando receitas não previstas;
- III - não realizando despesas previstas.

Art. 10º - O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal a:

- I - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- II- Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (VINTE POR CENTO) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- III- Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal.
- IV - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os recursos previstos.

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

Art. 11º - Não poderão ser fixadas despesas em desacordo com os ditames desta Lei e sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

Art. 12º - É vedada a inclusão, na Lei do Orçamento Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvam e atividades de natureza continuada e preencham uma das seguintes condições:

I- prestem atendimento direto ao público nas áreas de: assistência social, saúde, educação, esporte, cultura, turismo e lazer.

II- sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III- atendam ao disposto nos artigos 204 e 217 da Constituição Federal, no artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria, bem como o previsto no art. 116 da lei 8.666/93, especialmente com relação à regularidade fiscal exigida pela Constituição da República, em seu art. 195, § 1º e a lei 8666/93, art. 116 c/c art. 29.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, atendendo o exigido no art. 16 e seu parágrafo, da lei 4320/64.

§ 3º - É vedada a destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não prestem contas da última subvenção recebida no prazo fixado no convênio.

Seção II

Da Estrutura e Organização Dos Orçamentos

Art. 13º - O Projeto da LOA 2016 que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será constituído de:

I - Texto da Lei;

II - Quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4320, de 1964, conforme Anexo desta Lei;

III - Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

- a) Receitas, discriminadas por natureza, identificando a fonte de recurso correspondente a cada cota parte de natureza de receita, o orçamento a que pertence e a sua natureza financeira ou primária observada o disposto no art. 6º da Lei nº 4320, de 1964;
- b) Despesas, discriminadas na forma prevista no art. 5º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;
- IV - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

Parágrafo Único - Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo legal a que se referem.

Art. 14º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

Despesas Correntes

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida
- Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida

Art. 15º - A estrutura do Projeto de Lei do Orçamento Anual deverá identificar a receita por origem e unidade orçamentária e a despesa, por função, sub - função, programa de governo, ação, fonte de recursos e esfera orçamentária.

§ 1º - Os programas, para atingir os seus objetivos, se desdobram em ações orçamentárias.

§ 2º - As ações, agrupadas por unidade orçamentária, compreendem atividades, projetos e operações especiais.

§ 3º - As ações orçamentárias citadas no parágrafo anterior, de acordo com a finalidade do gasto, serão classificadas como:

- I - atividades de pessoal e encargos sociais;
- II - atividades de manutenção administrativa;

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

III - outras atividades de caráter obrigatório;

IV - atividades finalísticas;

V - projetos.

Art. 16º - As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes da concessão e permissão de serviços públicos constarão da Lei Orçamentária Anual com código próprio que as identifique.

Art. 17º - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para o projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 18º - A Lei do Orçamento Anual incluirá ainda, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - Dívida Fundada;

II - das receitas e das despesas do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, que obedecerá ao previsto no art. 2º, § 1º da Lei Federal nº. 4320 de 1964;

III - da despesa por funções;

IV - da aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;

V - da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde;

VI - da despesa, por fonte de recursos, para cada órgão, entidade e fundo;

VII - da consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais, por ordem numérica;

VIII - da despesa por programa;

IX - dos projetos e atividades finalísticos consolidados;

X - da compatibilidade das metas da programação dos orçamentos programadas nos orçamentos com os objetivos e as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, de acordo com o inciso I, art. 5º da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

Seção III

Das Diretrizes Específicas para a Elaboração do Orçamento da Seguridade Social

Art. 19º - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos artigos 194, 195, 196, 200, 201, 203 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;

II - das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

IV - do orçamento fiscal.

Parágrafo Único - A destinação de recursos para atender despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

Art. 20º - O Orçamento da Seguridade Social discriminará:

I - as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas no Município;

II - as dotações relativas ao pagamento de benefícios, em categorias de programação específicas para cada categoria de benefício;

III - as estimativas relativas às contribuições para a seguridade social dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários.

Art. 21º - Ficam os órgãos do Poder Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, autorizados a efetivar convênios e similares, no âmbito da sua administração, disponibilizando a necessária contrapartida para o alcance dos objetivos estipulados.

Parágrafo Único - A contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida, mediante justificativa do órgão responsável, à execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES PARA DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 22º - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em agosto de 2015, projetada para o exercício de 2016, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos parágrafos deste artigo, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

§ 1º - para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de 2016, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

§ 2º - os acréscimos a que se refere o caput só poderão ser autorizados por Lei que prevê aumento de despesa, com a discriminação da disponibilidade orçamentária para atendimento do correspondente.

§ 3º - fica autorizada a revisão geral anual das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações, cujo percentual será definido em lei específica, estando em sintonia com a inflação acumulada no exercício anterior, calculada conforme IGPM - FGV.

Art. 23º - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

- I - sejam acessórios, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;
- II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;
- III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E LIMITAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 24º - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2016, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 25º - Entende-se como despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao que dispõe o § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, as despesas cujo valor não ultrapasse os limites fixados nos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993, atualizados.

Art. 26º - A execução orçamentária e financeira da despesa poderá se dar de forma descentralizada, seguindo o cronograma de desembolso, estipulado pelo Controle Orçamentário, salvo àquelas previamente autorizadas pelo chefe do Poder Executivo.

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

Art. 27º - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Art. 28º - As unidades, através de seus ordenadores, serão responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais autorizados, processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados pelo órgão gestor do orçamento municipal, para cada categoria de programação econômica, fontes de recursos, modalidades de aplicação e elemento de despesa.

Art. 29º - A classificação e contabilização dos ingressos de receitas e despesas orçamentárias - empenho, liquidação e pagamento, pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, serão registradas na data de suas respectivas ocorrências.

Art. 30º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2016 e em créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Seção II
Da Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 31º - Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e calculada de forma proporcional à participação do Poder em cada um dos citados conjuntos, excluídas as relativas às:

- I - despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município integrante desta Lei;
- II - despesas ressalvadas, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, integrantes desta Lei;
- III - dotações constantes da Lei Orçamentária de 2016 referentes a doações e convênios.

Art. 32º - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

- I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;
- II - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se como

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33º - Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

Art. 34º - As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública, deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal.

Art. 35º - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo das unidades orçamentárias.

Parágrafo Único - Os recursos alocados na lei orçamentária, com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art. 36º - A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria de Planejamento e Gestão, até 01 de julho de 2015, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2016, conforme determina o artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta e por grupo de despesas, especificando:

- a) número do processo;
- b) número do precatório;
- c) data da expedição do precatório;
- d) nome do beneficiário;
- e) valor do precatório a ser pago.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 37º - O Projeto de Lei que conceda, amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovado ou editado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

§ 1º - Os efeitos orçamentários e financeiros de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial poderão ser compensados mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 38º - São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do art. 42 desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 39º - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal, bem como modificações da legislação tributária nacional ou estadual.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual para sanção do Prefeito, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto, até trinta dias após a sanção à lei orçamentária anual.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40º - A Execução da Lei Orçamentária de 2016 e dos créditos adicionais obedecerão aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º - É vedada a adoção de qualquer procedimento que resulte na execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Estado do Ceará

Governo Municipal de Jaguaribe

§ 2º - A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 41º - O recebimento de recursos relativos às receitas realizadas pelos fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deverá ser consolidada junto a Contabilidade Central, para efeito do cumprimento do que determina a Lei Complementar 131/2009.

§1º - A Secretaria de Planejamento e Gestão poderá instituir guia com código de barras para recolhimento das receitas próprias.

§ 2º - A Secretaria de Planejamento e Gestão poderá autorizar a classificação diretamente nos respectivos órgãos e entidades, nos seguintes casos:

I - produto da arrecadação das receitas que tenham origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública, nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio;

II - produto da aplicação financeira das receitas mencionadas no inciso I deste parágrafo.

Art. 42º - A movimentação financeira dos órgãos da administração direta, autarquias e fundos, serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras que atuam como mandatários da União na execução e fiscalização dos seus respectivos acordos, convênios, ajustes ou instrumento congêneres.

Art. 43º - As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 1º - O Poder Executivo adotará providências com vistas ao registro e divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas às prestações de contas de convênios ou instrumentos congêneres.

§ 2º - No caso de contratação de terceiros pelo conveniente ou beneficiário, as informações previstas no parágrafo anterior conterão, no mínimo, o nome e CPF ou CNPJ do fornecedor e valores pagos.

Art. 44º - A prestação de contas anual do Prefeito, bem como as prestações de contas de gestão, atenderão as disposições emanadas na Lei 4.320/1964, portarias STN, bem como nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, devendo ser elaboradas de acordo com as Normas

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, utilizando para tanto o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Parágrafo Único - Da prestação de contas anual constará necessariamente informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 45º. Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo por ato próprio deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º. - As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º. - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 46º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016 será encaminhado à Câmara Municipal, até 01 de outubro de 2015, devendo o Legislativo discuti-lo, votá-lo e devolvê-lo para sanção até 30 dias após o recebimento deste.

§ 1º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for votado no prazo especificado no caput do artigo, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, e permanecerá em sessão até que seja votado.

§ 2º - Caso o projeto a que se refere o caput do artigo não seja votado até 31 de dezembro de 2015, a programação da Lei orçamentária anual proposta poderá ser executada a partir de 01 de janeiro de 2016, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação em cada mês, até que o projeto seja votado pela Câmara.

Art. 47º - O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência dos Estados e da União, somente poderá ser realizado:

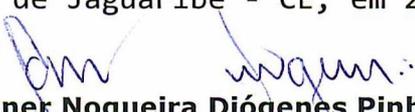
I - Casos se refiram a ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

II - Se houver expressa autorização em Lei específica, detalhando o seu objeto;

III - Sejam objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 48º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Jaguaribe - CE, em 20 de agosto de 2015.


José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro
Prefeito Municipal

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

ANEXO I

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - Exercício de 2016

METAS E PRIORIDADES

CÂMARA MUNICIPAL

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
001	Ação Legislativa	<ul style="list-style-type: none"> Realizar as sessões necessárias e fiscalizar a ação governamental, além de promover eventos necessários à manutenção do Poder Legislativo. Criação do espaço do povo – central de medições de conflitos na Câmara Municipal de Jaguaribe (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).

SEDUC – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
002	Alimentação Escolar	<p>Fornecimento de alimentação escolar aos alunos do ensino infantil e fundamental, através de programas federais como o PNAE, PNAC, PNAPE, PNAEJA;</p> <p>Aquisição de equipamentos de copa e cozinha;</p> <p>Complementação da alimentação escolar (recursos próprios).</p>
003	PROGRAMA DO FUNDEB	<ul style="list-style-type: none"> Construção, reforma e Manutenção de escolas e creches para uma melhor atenção ao estudante. Adquirir equipamentos e material permanente de uso

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		<p>escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar cursos de qualificação para professores da rede municipal. • Valorização de profissionais do magistério da educação básica. • Manutenção da Educação básica municipal. • Aquisição de material didático pedagógico. • Criar um programa para ofertar bolsa de estudo para pós graduação dos professores e das professoras e demais profissionais da educação básica (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão)
004	Atendimento da Educação infantil de 0 a 5 anos	<p>Manutenção de creches e pré-escolas. Adquirir veículos e material permanente de uso escolar. Construção, reformas e ampliação de creches na zona urbana e rural da cidade.</p>
005	Alfabetização de Adultos	<p>Preparar o adulto para competitividade na demanda do trabalho. Criação de cursos profissionalizantes. Complementação da alimentação escolar (recursos próprios).</p>
006	Apoio ao ensino superior e médio	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio as atividades de Ensino superior e do ensino médio; • Apoiar a ampliação do pólo da UAB (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão)
007	Programa de Bibliotecas nas Escolas	<p>Instalação e manutenção de bibliotecas nas escolas municipais.</p>
008	Construção, reforma, manutenção e aparelhagem das unidades escolares	<p>Construção e manutenção das unidades escolares e das quadras esportivas com acessibilidade aos deficientes e aquisição de</p>

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		<p>equipamentos.</p> <p>Substituição e instalações de laboratórios e equipamentos de informáticas.</p> <p>Reforma e revisão das instalações elétricas e hidráulicas das unidades escolares.</p> <p>Aquisição de equipamentos para cozinha, salas de aulas, e salas de professores.</p>
009	Acompanhamento Pedagógico	Aquisição de veículos para acompanhamento pedagógico
010	Infraestrutura da sede da SEDUC	Ampliar a estrutura da sede da secretaria de educação com acessibilidade aos deficientes
011	Manutenção dos outros Programas do FNDE	<p>Acompanhamento dos Programas:</p> <p>Programa dinheiro direto na escola</p> <p>PDDE- Água</p> <p>PDDE- Escola Sustentável</p> <p>PDDE- Campo</p> <p>Atleta na escola</p> <p>Mais Educação</p> <p>Plano de ação articulada - PAR</p>
012	Transporte Escolar	<p>Manutenção da frota própria</p> <p>Apoio aos alunos do nível superior</p>
013	Núcleo de atendimento especializado	<p>Recurso de manutenção de equipamentos</p> <p>Aquisição de material didático-pedagógico</p>
014	Olimpíadas Escolares Científicas	Realização de olimpíadas escolares científicas, oferecendo diversas atividades em matérias consideradas ciências exatas como: físicas, química, matemática e outras. (emenda do vereador Kássius Venícius Matias Mourão.
104	Pesquisa e ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa periódica com o intuito de detectar o desempenho da administração municipal e planejar novas

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		<p>ações para o aperfeiçoamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de ouvidorias para exercitar a cidadania e a participação popular. (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).
--	--	--

DEMUTRAN – DEPARTAMENTO DE TRANSITO MUNICIPAL

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
015	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEMUTRAN	Aquisição de 02 Birôs, 03 Fichários, 15 cadeiras, 01 computador com impressora, quadro branco para aula, Fardamento, gastos com combustível, pneus, peças e despesas de postagem junto aos correios.
016	VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	01 viatura maior tipo Hilux, 03 Motocicletas 250 cc(todos equipados com intermitente e giroflex), 03 Máquinas fotográficas e Cones para sinalização.
017	FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS FUNCIONARIOS, CAPACITAÇÃO E CURSOS.	<ul style="list-style-type: none"> • Concurso ou seleção pública de pelo menos mais 10(dez) Agentes de Trânsito, Curso de Formação para os novos Agentes e Curso Básico de Perícia e Curso de Formação para os Agentes Mirins e Projeto Transitando na Escola; • Revisão do salário, implantação das gratificações de periculosidade e adicional noturno (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

018	CONSTRUÇÃO E/REFORMA DO PRÉDIO	Construção de anexos para: JARI(Junta Administrativa de Recursos de Infração), de uma sala a ser utilizada como depósito para guardar o e os equipamentos, de uma sala de aula para formação dos futuros Agentes Mirins e Projeto Trânsitando na Escola e de um auditório para reuniões.
019	INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E SEMÁFOROS	Refazer toda a Sinalização da Cidade, inclusive nos Bairros e Distritos e, ainda, implantação de Câmeras, Lombadas Eletrônicas e Semáforos.
020	REALIZAÇÃO DE CAPANHAS EDUCATIVAS	Despesas com: Panfletos, botons, adesivos, Outdoor, vídeos educativos, etc. e realização de palestras e seminários na sede, nos bairros, na zona rural e nos distritos e ainda, a implantação e formação de Agentes Mirins e do Projeto Transitando na Escola.
105	Pesquisa e ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisa periódica com o intuito de detectar o desempenho da administração municipal e planejar novas ações para o aperfeiçoamento. • Implantação de ouvidorias para exercitar a cidadania e a participação popular. <p>(Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).</p>

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

SEDE – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
021	Desenvolvimento Industrial	Manutenção do Distrito Industrial, o que incentivará e fomentará a instalação de empresas em JAGUARIBE.
022	Incentivo ao associativismo	Orientar e incentivar a formação de associações, cooperativas e outras modalidades de organizações associativas, com vistas ao incremento e valorização das atividades industriais e comerciais.
023	Iniciativa e articulação com órgão governamentais.	Tomar iniciativa de articulação com os órgãos de âmbito governamental, em apoio à iniciativa privada, buscando aproveitamento de incentivos e recursos para o desenvolvimento econômico e social do Município.
024	Ações voltadas ao desenvolvimento, turístico, industrial, comercial e dos serviços.	Promover ações voltadas ao desenvolvimento, turístico, industrial, comercial e dos serviços, com a geração de emprego e renda, propondo a política municipal ao desenvolvimento econômico, bem como, articuladamente com as demais Secretarias, promover a divulgação dos potenciais econômicos e turísticos do Município.
025	Empreendimentos voltados ao desenvolvimento econômico e turístico do Município.	Incentivar a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos voltados ao desenvolvimento econômico e turístico do Município, além de estimular e apoiar empreendimentos, a pequena e média empresa, as que utilizem matéria-prima local e a instalação nos distritos industriais.
026	Apoiar e organizar feiras, exposições e outros eventos similares, visando a divulgação do Município.	Apoiar e organizar feiras, exposições e outros eventos similares, visando a divulgação do Município e de suas potencialidades; promover e incentivar o turismo como fator de

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		desenvolvimento econômico e social; promover campanhas de incentivo, envolvendo os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços do Município; e ainda, adotar medidas visando a inclusão do Município em roteiro turístico do Estado, promovendo ou incentivando a realização de eventos turísticos.
027	Apoiar os empreendimentos voltados para a geração de novos empregos e renda.	Apoiar os empreendimentos voltados para a geração de novos empregos e renda; articular-se com os organismos federais e estaduais, organizações não-governamentais e entidades privadas com o objetivo de aumentar a oferta de empregos e renda no Município; além de apoiar ações voltadas para a reinserção de trabalhadores desempregados ao mercado de trabalho, mediante cursos, treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem.
028	Plano Municipal 20 anos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração articulada com as demais áreas governamental do município para criação de um plano municipal continuado para 20 anos, modernizando e implantando ações de melhoria para o cidade jaguaribano, com investimentos em obras e programas municipais de acesso aos deficientes e mobilidade urbana. • Revisão e atualização do Plano Diretor Municipal (instituído em 2001) como também do código de postura (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).
106	Pesquisa e ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisa periódica com o intuito de detectar o desempenho da administração

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		<p>municipal e planejar novas ações para o aperfeiçoamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de ouvidorias para exercitar a cidadania e a participação popular. <p>(Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).</p>
--	--	--

SETAS – SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
029	Integração Social do Deficiente Físico	Implantação e Apoio a Programas e Serviços que contemplem a Pessoa com Deficiência.
030	Atividades do Conselho Tutelar	Apoiar e manter as Ações e Instalações do Conselho Tutelar.
031	Atividades de Inclusão Digital	Aquisição de Equipamentos de Informática e Implantação de acesso à <i>Internet</i> para melhor atender a clientela estudantil e a comunidade
032	Políticas Habitacionais a População Carente	Aquisição de áreas para construção de unidades habitacionais e fomentar parcerias com União e Estado para Projetos de Construção dessas Unidades.
033	Apoio às Instituições Assistenciais e Filantrópicas	Disponibilizar recursos financeiros para a concessão de subvenções sociais às Entidades Assistenciais e Filantrópicas que estejam funcionando regularmente.
034	Programa de Valorização das Ações voltadas à Política da Assistência Social	Manutenção das atividades dos programas sociais: PAIF/CRAS, SCFV, CREAS/ PAEF, CADUNICO e PBF. Ampliação do quadro técnico multifuncional na Assistência Social. Implementar o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Assistência Social, através da Implantação da Vigilância Sócio assistencial.
035	Políticas para Melhor Idade	Construção e Manutenção de um Centro de Convivência da Melhor Idade. (Sede).
036	Benefícios Eventuais	Manutenção das ações de enfrentamento a pobreza, através da

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		concessão do benefício.
037	Construção e Manutenção do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS	Construção e Manutenção, em parceria com o MDS, de um Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.
038	Construção e Manutenção de uma sede própria para os Conselhos Municipais	Construção e Manutenção de uma sede própria para os Conselhos Municipais que fazem parte da Política da Assistência Social. (Idoso, CMDCA, Mulher, CMAS, CMPcD, etc)
039	Infra estrutura e apoio a capacitação profissional de jovens e adultos.	Infra estrutura e apoio a capacitação profissional de jovens e adultos.
040	Apoio as Associações e Cooperativas de Artesanatos, produção de alimentos e demais.	Apoio as Associações e Cooperativas de Artesanatos, produção de alimentos e demais.
041	Implantação de Serviço de Cidadania. (Casa do Cidadão).	Implantação de Serviço de Cidadania. (Casa do Cidadão).
042	Manutenção das Instalações do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional.	Manutenção das Instalações do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, do SEBRAE, e da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social.
043	Manutenção das Instalações dos Polos Francisco Heliônidas e Polo Maria Izaura.	Manutenção das Instalações dos Polos Francisco Heliônidas e Polo Maria Izaura.
044	Manutenção das Instalações das Lavanderias Públicas.	Manutenção das Instalações das Lavanderias Públicas.
045	Gestão do SUAS	Apoio às atividades de Capacitação Profissional dos Trabalhadores e Conselheiros da Assistência Social;
046	Manutenção da SETAS	Aquisição e ou locação de transportes para a Secretaria do Trabalho e Assistência Social;
047	Trabalho e Renda	Apoio as ações voltadas para cursos de Capacitação profissional;
048	Construção e Manutenção dos Cras	Construção e Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS II.
107	Pesquisa e ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa periódica com o intuito de detectar o desempenho da administração municipal e planejar novas ações para o aperfeiçoamento. Implantação de ouvidorias para exercitar a cidadania e a

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		participação popular. (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).
--	--	---

SEDRAMA - Secretaria de desenvolvimento rural, aquicultura e meio ambiente.

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
049	Manutenção das Atividades da SEDRAMA	Manutenção dos trabalhos realizados pela SEDRAMA - Secretaria de desenvolvimento rural, aquicultura e meio ambiente com aquisição de equipamentos e materiais para secretaria, cursos de qualificação para servidores.
050	Preservação e controle ambiental	Manutenção da Coordenadoria Municipal de Meio ambiente. Realizar estudos Hídricos, construção de açudes e represas para armazenamento de água.
051	Assistência técnica agrícola	Atender o pequeno agricultor e incentivá-lo à educação e aprimoramento contínuo, participando de palestras e cursos, dando apoio técnico aos participantes. Manutenção do programa municipal de distribuição de sementes e mudas, bem como reativar o programa Hora de Trator.
052	Programa de Garantia Safra	Concessão a garantia do programa seguro safra
053	Apoio ao apicultor	Apoio e incentivos ao apicultor do município
054	Apoio a caprinocultura	Apoio e manutenção das atividades de caprinocultura de Jaguaribe
055	Apoio a piscicultura	Apoio e manutenção dos programas ao piscicultor municipal
056	Desapropriação de imóveis para implantação de projetos municipais	Desapropriação de imóveis para implantação de projetos municipais
057	Implantação e manutenção de Escolas de Medicina Veterinária no Jaguaribe	Criação e Manutenção de Escolas de Medicina Veterinária no Jaguaribe
058	Desenvolvimento e apoio as associações e cooperativas.	Incentivos ao desenvolvimento e apoio as associações e cooperativas municipais.
059	Construção e Ampliação de Obras	Construção, reforma e ampliação de

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

	de Segurança Hídrica	equipamentos hídricos pertencentes ao município de Jaguaribe.
060	Ações de Políticas de Preservação Ambiental	Recuperação da mata ciliar do Rio Jaguaribe; plano municipal de arborização; criação de um banco de mudas ações de implementação da política nacional de resíduos sólidos; Elaboração do plano municipal de resíduos sólidos; construção aterro sanitário; manutenção de aterro sanitário; coleta seletiva do lixo; emancipação dos catadores.
061	Ações de convivência com o semiárido	Estudo geológicos necessários para identificação de fendas (geofísicas); aquisição de equipamentos de geofísicas.
062	Perfurações de poços profundos	Perfurações de poços profundos, com o intuito de minimizar a falta de água nas comunidades rurais do município.
063	Ações de desenvolvimentos de áreas de pastagem	Apoio ao homem do campo para formação de áreas de forragicultura e pastagens.
108	Pesquisa e ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa periódica com o intuito de detectar o desempenho da administração municipal e planejar novas ações para o aperfeiçoamento. Implantação de ouvidorias para exercitar a cidadania e a participação popular. (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).

SECULT – Secretaria de Esporte, Juventude e Cultura.

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
064	Manutencao das Atividades da SECULT	Manutencao dos trabalhos realizados pela Secretaria de esporte, juventude e cultura com aquisição de equipamentos e materiais para secretaria, cursos de qualificação para servidores.
065	Promoção de eventos culturais	Promoção de eventos culturais,

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		<p>esportivos e lazer. Manutenção de atividades culturais, grupos de danças, corais e feiras de artesanato. Construção, ampliação e reformas de centros culturais, desportivos e lazer. Aquisição de equipamentos necessários ao bom atendimento nas áreas culturais, desportivas e de lazer.</p>
066	Infra-estrutura esportiva	<p>Manutenção e incremento das atividades esportivas com obras de acesso a deficientes.</p>
067	Atividades recreativas	<p>Construção de centros esportivos e de lazer nos bairros da zona urbana e na Zona Rural do Município. Construção de centros comunitários nos bairros da zona urbana e rural do Município Promoção de eventos Esportivos e de Lazer. Incentivo a criação de ligas esportivas amadoras. Incentivo à prática do desporto feminino. Preservar o desporto, a recreação e o lazer municipal promovendo, patrocinando, assessorando e difundindo as formas de modalidades desportivas.</p>
068	Manutenção das atividades de apoio aos Jovens.	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de apoio aos Jovens e crianças de Jaguaribe, na área de esporte e cultura. • Criação do Conselho Municipal da Juventude (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).
069	Conclusão do estádio municipal	<p>Conclusão do estádio municipal para atividades esportivas.</p>
070	Apoio as associações e ligas de de esporte, juventude e cultura.	<p>Apoio as associações e ligas de Karates e demais associações ligadas ao esporte, juventude e cultura.</p>
109	Pesquisa e ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisa periódica com o intuito de detectar o desempenho da administração

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		<p>municipal e planejar novas ações para o aperfeiçoamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de ouvidorias para exercitar a cidadania e a participação popular. <p>(Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).</p>
--	--	--

SEINFRA – Secretaria da Cidade e Infraestrutura

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
071	Controle de custos e avaliação de resultados	Aprimorar o sistema de custos nos departamentos dando ênfase às obras realizadas
072	Políticas habitacionais a população carente	Aquisição de áreas para construção de casas populares inclusive através de convênios com o Estado, protegendo a Família de Baixa Renda.
073	Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Esgoto.	Perfuração de poços profundos (poços artesanais). Construção de depósitos e caixas elevatórias de água. Implantação e ampliação de rede de distribuição de água. Construção, ampliação e reforma de açudes, barragens e obras assemelhadas.

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

074	Obras e equipamentos urbanos	<p>Dotar o departamento técnico de obras de equipamentos básicos para o desenvolvimento da cidade e realização de obras voltadas aos projetos sociais todas padronizadas para o acesso aos deficientes;</p> <p>Infra-estrutura urbana voltada às atividades turísticas da cidade.</p> <p>Construção de praças nas áreas da zona urbana e rural do município.</p> <p>Obras de terraplanagem, arborização e ajardinamento nas áreas verdes situadas na Zona Urbana e Rural do Município. Colocação de placas indicativas de sinalização de trânsito nas Ruas.</p> <p>Iluminação Pública nas ruas, praças, áreas verdes e Avenidas, assim como nas estradas que necessitem este melhoramento .</p> <p>Calçamento em pedra tosca e paralelepípedo em diversas regiões da sede e zona rural deste Município.</p> <p>Pavimentação em emulsão asfáltica de diversos logradouros públicos.</p> <p>Aquisição de terreno para a construção do centro administrativo municipal.</p>
075	Preservação e controle ambiental	<p>Manutenção da Coordenadoria Municipal de Meio ambiente.</p> <p>Realizar estudos Hídricos, construção de açudes e represas para armazenamento de água.</p> <p>Aquisição e construção do novo matadouro público, fora da zona urbana municipal.</p>
076	Serviços de Utilidade Pública e Coleta e Disposição do Lixo Domiciliar	<p>Promover os serviços essenciais voltados ao bem estar do cidadão, destinando o lixo domiciliar em aterro sanitário, limpeza da cidade e recolhimento de entulhos.</p> <p>Aquisição e Instalação de Equipamentos para incineração do Lixo Hospitalar.</p> <p>Construção, ampliação e reforma de aterros sanitários e aterros controlados.</p> <p>Manutenção e ampliação dos sistemas</p>

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		<p>de esgoto municipal. Realizar a coleta de lixo em 100% da zona urbana. Realizar, quando possível, coleta de lixo na zona rural. Implantar Coleta Seletiva de Lixo. Adquirir equipamentos para a coleta de lixo domiciliar. Aquisição e Instalação de equipamentos para incineração de Lixo Hospitalar. Manutenção da coleta, tratamento e disposição final do lixo Hospitalar com empresa especializada.</p>
077	Construção, Melhoria e Conservação de Estradas.	<p>Manter em estado de conservação 100% (cem por cento) das estradas vicinais. Adquirir equipamentos para manutenção e conservação das estradas vicinais . Manutenção, terraplanagem, obras de galeria e pavimentação das estradas Vicinais. Construção, ampliação e recuperação de pontes, bueiros e passagens molhadas.</p>
078	Consórcios Municipais	Participação na formação de Consórcios Municipais, a fim de atender as necessidades comuns aos municípios consorciados.
079	Fortalecimento da infra-estrutura hídrica.	Fortalecimento da infra-estrutura hídrica.
080	Transposição das águas de acudes de referencia.	Transposição das águas dos acudes oros, castanhao para o município de Jaguaribe.
081	Manutenção e aplicação do parque de exposições.	Manutenção e aplicação do parque de exposições.
082	Implantação e manutenção do distrito industrial.	Implantação e manutenção do distrito industrial.
083	Implantação da sinalização de transito	Implantação da sinalização de transito
084	Construção manutenção das praças dos mototaxistas e taxistas.	Construção manutenção das praças dos mototaxistas e taxistas.
085	Aquisição de maquinas e equipamentos Provias.	Aquisição de maquinas e equipamentos Provias.
110	Pesquisa e ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa periódica com

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		<p>o intuito de detectar o desempenho da administração municipal e planejar novas ações para o aperfeiçoamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de ouvidorias para exercitar a cidadania e a participação popular. <p>(Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).</p>
--	--	--

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
086	Planejamento Governamental – Administração Geral	<p>Formalização e acompanhamento dos convênios.</p> <p>Formalizar os planos de ação governamental e o orçamento anual.</p> <p>Implantar sistema informatizado nas diversas unidades administrativas.</p> <p>Promover a capacitação profissional dos servidores municipais.</p> <p>Desenvolver indicadores de custo e de avaliação de resultados dos programas.</p> <p>Implantação do Plano de Cargos e Carreiras (PCCS) para todos os servidores do município.</p>
087	Gestão Político Administrativa	<p>Manter as atividades das secretarias municipais e das assessorias.</p> <p>Aquisição de equipamentos e material permanente e de consumo para a manutenção das secretarias municipais e órgãos correlatos.</p>
088	Suporte Administrativo	<p>Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Administração pública municipal.</p> <p>Adequação de Almoxxarifados públicos, para armazenamento de produtos devidamente informatizado.</p>

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

089	Organização e modernidade Administrativa	Modernização dos Departamentos do Executivo e Legislativo objetivando eficácia dos programas de trabalho.
090	Gestão Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Manter as unidades de administração fazendária, e promover ações necessárias a orientar a captação de recursos, além de controlar e efetuar o recolhimento das dívidas ativas municipais; • Criação do cadastro positivo que servirá como banco de dados para consultas de informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas para formação de histórico de crédito (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).
091	Operação de Controle Interno	Manter as unidades de contabilidade, setor de pessoal, almoxarifado e patrimônio, doações assistenciais, controle de veículos, e outras ações municipais totalmente integrados na transparência do Controle Interno, na forma disposta na Constituição Federal.
092	Treinamento de Pessoal	Formação e treinamento dos servidores municipais para melhor atender a comunidade.
093	Contribuição Patronal da Previdência Social.	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento das contribuições sociais.

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

094	Amortização de Operações de Crédito	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de dívida junto ao INSS e a CEF – FGTS
095	Transferência ao PASEP	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento das contribuições ao PASEP.
096	Juros e Encargos Financeiros	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de juros e correções da dívida consolidada.
097	Precatórios Judiciais	Disponibilizar recursos financeiros para pagamento de precatórios judiciais.
111	Pesquisa e ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> Realizar pesquisa periódica com o intuito de detectar o desempenho da administração municipal e planejar novas ações para o aperfeiçoamento. Implantação de ouvidorias para exercitar a cidadania e a participação popular. (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).

Secretaria Municipal de Saúde

SEQUENCIAL	PROGRAMAS	PRIORIDADES E METAS
098	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	<ol style="list-style-type: none"> Garantir o acesso da população as Unidades Básicas de Saúde como porta de entrada e ordenadora da assistência a saúde através das equipes de Saúde da Família, NASF e Melhor em Casa. Ampliar de 8 para 11 o número de equipes de Saúde Bucal Construir Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Apoio; Reformar e ampliar as Unidades Básicas de Saúde; Ampliar o número de Agentes Comunitários de Saúde; Aquisição de Equipamentos e Insumos

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

		<p>para as Unidades Básicas de Saúde</p> <p>7. Aquisição de veículos para transporte das Equipes da Atenção Básica.</p> <p>8. Promover a adequação salarial e valorização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), fazendo cumprimento a lei federal nº 12.994/2014.</p>
099	ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar o acesso a Atenção Especializada através de pactuações com serviços de maior complexidade; 2. Implementar a Rede de Urgências e Emergências através da ampliação do SAMU, implantando uma equipe de Suporte Avançado, e implantação da UPA; 3. Fortalecer a Rede de Saúde Mental com a implantação de um CAPS I; 4. Aquisição de equipamentos para as unidades especializadas; 5. Ampliar o acesso aos serviços especializados em reabilitação com a construção e implantação de um Centro Especializado em Reabilitação; 6. Aquisição de transporte para garantir o acesso a serviços especializados; 7. Reformar e ampliar o Hospital Municipal; 8. Construção ou implantação de um centro de atendimento pediátrico com profissionais especializados com o objetivo de proporcionar atendimento qualificado, desafogando os PSFs. (Emenda do Vereador Francisco Nivardo Lima).
100	CONSORCIOS MUNICIPAIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar o acesso a atenção especializada participando de Consórcios Municipais que tenha abrangência a serviços especializados.
101	ASSISTENCIA FARMACÊUTICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar e qualificar a Política e a Gestão da Assistência Farmacêutica no município, com foco no uso racional de medicamentos e na avaliação das demandas dos serviços de saúde. 2. Aquisição de equipamentos e mobiliários através do Qualifar-SUS; 3. Implantar o Hórus na ESF;

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

102	VIGILANCIA A SAÚDE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer a promoção, proteção das doenças imunopreveníveis e transmissíveis 2. Promover, prevenir e controlar danos, perigos e agravos a saúde coletiva, através do monitoramento dos fatores de riscos oriundos da população e consumo de bens e serviços do meio ambiente para redução das desigualdades sociais; 3. Realizar ações voltadas a promoção, prevenção e controle das zoonoses urbanas e rurais e outros agravos correlacionados, além de promover a defesa e bem estar animal; 4. Organização e gestão das ações de Vigilância em Saúde; 5. Alimentação e manutenção dos sistemas de informação da Vigilância em Saúde; 6. Aquisição de veículo para a Vigilância a Saúde; 7. Promover a adequação salarial e valorização dos Agentes de combate a endemias (ACE), fazendo cumprimento a lei federal nº 12.994/2014; 8. Aquisição de transporte adequado para realização de campanhas e deslocamento da equipe de endemias ara os sítios do município.
103	GESTÃO DO SUS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Investir em qualificação e fixação de profissionais para o SUS 2. Desprecarizar o trabalho em saúde nos serviços do SUS na esfera municipal.
112	Pesquisa e ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisa periódica com o intuito de detectar o desempenho da administração municipal e planejar novas ações para o aperfeiçoamento. • Implantação de ouvidorias para exercitar a cidadania e a participação popular. (Emenda do Vereador Kássius Venícius Matias Mourão).

JAGUARIBE – CE, 20 DE AGOSTO DE 2015.


José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro
Prefeito Municipal

Endereço: Praça Senador Fernandes Távora, S/N, Centro – Jaguaribe – Ceará.
CNPJ: 07.443.708/0001-66

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

CONCEITO

Riscos Fiscais podem ser conceituados como a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

É importante ressaltar que riscos repetitivos deixam de ser riscos, devendo ser tratadas no âmbito do planejamento, ou seja, devem ser incluídas como ações na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do ente federativo.

Por exemplo, se a ocorrência de catástrofes naturais – como secas ou inundações – ou de epidemias – como a dengue – tem sazonalidade conhecida, as ações para mitigar seus efeitos, assim como as despesas decorrentes, devem ser previstas na LDO e na LOA do ente federativo afetado, e não ser tratada como risco fiscal no Anexo de Riscos Fiscais.

CONTINGÊNCIA PASSIVA

Contingência passiva é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.

OBRIGAÇÕES FISCAIS

De modo abrangente, as obrigações financeiras do governo podem ser classificadas:

a) Quanto à transparência, em:

Explícitas – estabelecidas por lei ou contrato;

Implícitas – obrigação moral ou esperada do governo, devido a expectativas do público, pressão política ou à histórica intervenção do Estado na Economia;

b) Quanto à possibilidade de ocorrência, em:

Diretas – de ocorrência certa, previsíveis e baseadas em algum fator bem conhecido;

Contingentes – associadas à ocorrência de algum evento particular, que pode ou não acontecer, e cuja probabilidade de ocorrência e magnitude são difíceis de prever; em outras palavras, as obrigações contingentes podem ou não se transformar em dívida, dependendo da concretização de determinado evento.

Estado do Ceará

Governo Municipal de Jaguaribe

As obrigações explícitas diretas do ente da Federação – inclusive os precatórios judiciais – devem ser reconhecidas, quantificadas e planejadas como despesas na Lei Orçamentária Anual e não constituem riscos fiscais; logo, não podem ser incluídas neste Anexo de Riscos Fiscais. Por se tratarem de passivos alocados no orçamento, os precatórios não se enquadram no conceito de risco fiscal, conforme estabelecido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal:

“É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente”.

Os riscos orçamentários referem-se à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem ou à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas ou orçadas a menor. Como riscos orçamentários, podem-se citar, dentre outros casos:

- a) Frustração na arrecadação devido a fatos não previstos à época da elaboração da peça orçamentária;
- b) Restituição de tributos realizada a maior que a prevista nas deduções da receita orçamentária;
- c) Discrepância entre as projeções de nível de atividade econômica, taxa de inflação e taxa de câmbio quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, afetando o montante de recursos arrecadados;
- d) Discrepância entre as projeções, quando da elaboração do orçamento, de taxas de juros e taxa de câmbio incidente sobre títulos vincendos e os valores efetivamente observados durante a execução orçamentária, resultando em aumento do serviço da dívida pública;
- e) Ocorrência de epidemias, enchentes, abalos sísmicos, guerras e outras situações de calamidade pública que não possam ser planejadas e que demandem do Estado ações emergenciais, com consequente aumento de despesas;

Sob o ponto de vista fiscal, as obrigações explícitas contingentes (ou passivos contingentes) decorrem de compromissos firmados pelo Governo em função de lei ou contrato e que dependem da ocorrência de um ou mais eventos futuros para gerar compromissos de pagamento. Tais eventos futuros não estão totalmente sob o controle da entidade, e podem ou não ocorrer. Como a probabilidade de ocorrência do evento e a magnitude da despesa resultante dependem de condições externas, a estimativa desses passivos é, muitas vezes, difícil e imprecisa. No entanto, o Anexo de Riscos Fiscais deve espelhar a situação da forma mais fiel possível.

Como exemplos de passivos contingentes podem-se citar, dentre outros casos:

- a) Demandas judiciais contra a atividade reguladora do Estado, com impacto na despesa pública: em sua maior parte, controvérsias sobre indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização e soluções propostas para sua compensação, bem como questionamentos de ordem tributária e previdenciária;
- b) Demandas judiciais contra empresas estatais dependentes;
- c) Demandas judiciais contra a administração do Ente, tais como privatizações, liquidação ou extinção de órgãos ou de empresas, e reajustes salariais não concedidos em desrespeito à lei;
- d) Demandas trabalhistas contra o ente federativo e órgãos da sua administração indireta;
- e) Dívidas em processo de reconhecimento pelo Ente e sob sua responsabilidade;
- f) Avais e garantias concedidas pelo Ente a entidades públicas, tais como empresas e bancos estatais, a entidades privadas e a fundos de pensão, além de outros riscos. Verificar se não há restrição legal na LRF no tocante à concessão de garantias às empresas do próprio ente.

Estado do Ceará

Governo Municipal de Jaguaribe

As obrigações implícitas diretas surgem em virtude dos compromissos assumidos pelo governo, no médio prazo, em sua política de despesas públicas. Um exemplo dessas obrigações são aquelas relacionadas ao fluxo futuro de despesas com o pagamento de aposentadorias e pensões.

As obrigações implícitas contingentes surgem em função de objetivos declarados de políticas governamentais. Dado o caráter da imprevisibilidade inerente a esse tipo de risco, é muito difícil identificá-lo e estimá-lo. A possibilidade de sua ocorrência se amplia quando os fundamentos macroeconômicos estão fracos, se o setor financeiro encontra-se em situação de vulnerabilidade, se os sistemas regulatórios e de fiscalização são deficientes ou se não há suficiente acesso à informação.

Esses riscos são verificados, principalmente, a partir de dois tipos de eventos. Um deles é relacionado com a gestão da dívida, ou seja, decorre de fatos como a variação das taxas de juros e de câmbio em títulos vincendos. O outro tipo são os passivos contingentes que representam dívidas, cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como resultados dos julgamentos de processos judiciais.

O processo de ajuste fiscal implementado no país nos últimos anos foi fundamental para um crescimento econômico aliado à estabilidade de preços. Mudanças de caráter institucional acompanharam o esforço de ajuste fiscal com o objetivo de manter a solvência do setor público em longo prazo, por meio de adoção de medidas de estabilização do endividamento público, como também o de permitir maior transparência na gestão fiscal.

Embora os resultados do ajuste fiscal tenham sido momentaneamente felizes, não há como desconsiderar riscos advindos de futuras decisões de natureza fiscal, o que requer cuidadoso exame dos administradores públicos. Esses riscos podem comprometer o atingimento de metas de resultado primário e nominal do município.

Os riscos que podem afetar as metas de resultado primário têm influência direta sobre os fluxos de receita e despesa previstas na proposta de execução orçamentária. São os chamados riscos orçamentários. Para os riscos orçamentários, o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê limitação de empenho e movimentação financeira caso a realização da receita não comporte o cumprimento das metas de resultados estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Este procedimento permite que os desvios sejam corrigidos ao longo do ano, mantendo o cumprimento das metas de resultado primário.

Em síntese, os riscos orçamentários são contrabalançados por meio da realocação de despesa.

O Município de JAGUARIBE avança na direção de um regime fiscal responsável, em conformidade com os princípios, normas e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que permitirá a sustentação do ajuste fiscal no longo prazo.

O comprometimento do Governo Municipal com o ajuste fiscal será retratado pelos resultados obtidos a partir do primeiro trimestre de 2015, superiores aos dos anos anteriores, demonstrando que as metas previstas de superávit fiscal irão ser sistematicamente cumpridas.

Com o cumprimento das metas fiscais e avanços na institucionalização do ajuste fiscal, o equilíbrio fiscal do Município será alcançado. Existem, no entanto, riscos para a concretização deste cenário no futuro. Os riscos estão concentrados, principalmente, em passivos contingentes decorrentes de ações judiciais que podem contribuir para o aumento da despesa municipal intitulada de precatórios judiciais.

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

É importante ressaltar que os passivos contingentes mencionados neste Anexo não redundam em fatos inevitáveis, mas poderão exercer impactos sobre a política fiscal caso se concretizem.

A divulgação dos passivos contingentes representa mais um passo importante rumo à transparência fiscal. Entretanto, essa não será, necessariamente, a única forma de cobertura dos riscos fiscais, podendo ser utilizados outros meios como, por exemplo, a realocação e redução de despesas discricionárias.

Paço da Prefeitura Municipal de JAGUARIBE, em 20 de agosto de 2015.



José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro
Prefeito Municipal

ANEXO DE METAS FISCAIS

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

ANEXO DE METAS FISCAIS

O Anexo de Metas Fiscais, que integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, deverá ser elaborado, de acordo com o § 2º do art. 1º da LRF, pelo Poder Executivo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, abrangendo tanto o Poder Executivo quanto os Poderes Legislativo e Judiciário.

O Anexo de Metas Fiscais abrangerá os órgãos da Administração Direta dos Poderes, e entidades da Administração Indireta, constituídas pelas autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal e custeio, ou de auxílios para pagamento de despesas de capital, excluídas, neste caso, aquelas empresas lucrativas que recebam recursos para aumento de capital.

A LRF determina que no Anexo de Metas Fiscais serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, e conterà ainda:

- a) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- b) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as metas fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência das mesmas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- c) evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- d) avaliação da situação financeira e atuarial:

1. do regime geral de previdência social, do regime próprio de previdência dos servidores e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
2. dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- e) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

- Demonstrativo I – Metas Anuais;
- Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Estado do Ceará
Governo Municipal de Jaguaribe

· Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

O cumprimento das metas deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal.

JAGUARIBE – CE, em 20 de agosto de 2015.



José Abner Nogueira Diógenes Pinheiro
Prefeito Municipal

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO: JAGUARIBE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2016

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais Trabalhistas	920.000,00	Limitação de empenho.	920.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	Abertura de créditos adicionais	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas - Combate a Seca	408.000,00	Firmar Convenios com Órgãos Públicos	408.000,00
Outros Passivos Contingentes	150.000,00	Limitação de empenho.	150.000,00
SUBTOTAL	1.478.000,00	SUBTOTAL	1.478.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	1.478.000,00	TOTAL	1.478.000,00

JAGUARIBE - Ce, em 20/08/2015.



AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

MUNICÍPIO: JAGUARIBE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016				2017				2018			
	Valor	Valor	% PIB									
	Corrente	Constante	(a / PIB) x 100	Corrente	Constante	(b / PIB) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100	Corrente	Constante	(c / PIB) x 100
Receita Total	79.712.727,88	75.485.537,76	0,069	83.698.364,27	74.998.534,29	0,069	90.394.233,12	77.260.028,30	0,066	90.394.233,12	77.260.028,30	0,066
Receitas Primárias (I)	79.414.156,30	75.202.799,52	0,069	83.254.183,20	74.600.522,58	0,068	89.915.121,13	76.850.530,88	0,065	89.915.121,13	76.850.530,88	0,065
Despesa Total	79.712.727,88	75.485.537,76	0,069	83.698.364,27	74.998.534,29	0,069	90.394.233,12	77.260.028,30	0,066	90.394.233,12	77.260.028,30	0,066
Despesas Primárias (II)	78.450.119,20	74.289.885,60	0,068	82.386.195,00	73.822.746,41	0,068	89.201.185,00	76.240.329,00	0,065	89.201.185,00	76.240.329,00	0,065
Resultado Primário (III) = (I - II)	964.037,10	912.913,92	0,001	867.988,20	777.776,17	0,001	716.936,13	612.765,92	0,001	716.936,13	612.765,92	0,001
Resultado Nominal	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Dívida Pública Consolidada	5.840.350,00	5.530.634,47	0,005	5.285.000,00	4.735.663,08	0,004	4.865.184,00	4.158.276,92	0,003	4.865.184,00	4.158.276,92	0,003
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)				0,00	0,00		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Despesas Primárias geradas por PPP (V)				0,00	0,00		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)				0,00	0,00		0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
VARIÁVEIS - expectativas	2016	2017	2018									
TAXA DE INFLAÇÃO - CENTRO DE META (IPCA)	5,60%	5,70%	5,70%									
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB NACIONAL	1,10%	3,00%	3,00%									
TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB ESTADUAL	1,50%	3,00%	3,00%									
CÂMBIO (R\$ / US\$ - média)	3,11	3,1	3,1									
PROJEÇÃO PIB ESTADUAL - R\$ MILHÕES	108.740	112.763	116.935									
PROJEÇÃO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	-1,06%	1,00%	1,00%									
INCREMENTO DA ARRECAÇÃO TOTAL -	5,20%	5,00%	8,00%									

JAGUARIBE - Ce, em 20/08/2015.

Am Jaguaribe

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO: JAGUARIBE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em <2014> (a)	% PIB	Metas Realizadas em <2014> (b)	% PIB	Variação		R\$ 1,00
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	71.453.325	0,057	67.994.021,28	0,054	3.459.304,00	0,02%	
Receitas Primárias (I)	71.245.325	0,057	67.351.197,35	0,054	3.894.128,00	0,02%	
Despesa Total	71.453.325	0,057	64.689.223,34	0,053	6.764.102,00	0,03%	
Despesas Primárias (II)	70.475.825	0,056	64.294.582,64	0,053	6.181.243,00	0,03%	
Resultado Primário (III) = (I-II)	769.499,96	0,001	3.056.614,71	0,02	2.287.115,00	0,01%	
Resultado Nominal	0	-	0,00	-	0,00	0,00%	
Dívida Pública Consolidada	4.200.000,00	0,001	6.694.736,52	0,030	2.494.736,52	0,01%	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	-	0,00	-	0,00	0,00%	

JAGUARIBE - Ce, em 20/08/2015.

AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO: JAGUARIBE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 EXERCÍCIO DE 2015

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2012	2013	%	2014	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total		61.142.500	0,06%	67.994.021,28	0,054	79.712.727,88	0,069	83.698.364,27	0,069	90.394.233,12	0,066
Receitas Primárias (I)		60.000.000	0,05%	67.351.197,35	0,054	79.414.156,30	0,069	83.254.183,20	0,068	89.915.121,13	0,065
Despesa Total		61.142.500	0,06%	64.689.223,34	0,053	79.712.727,88	0,069	83.698.364,27	0,069	90.394.233,12	0,066
Despesas Primárias (II)		59.850.000	0,05%	64.294.582,64	0,053	78.450.119,20	0,068	82.386.195,00	0,068	89.201.185,00	0,065
Resultado Primário (III) = (I - II)		150000	0,00%	3.056.614,71	0,02	964.037,10	0,001	867.988,20	0,001	716.936,13	0,001
Resultado Nominal		0	0,00%	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Dívida Pública Consolidada		3.500.000,00	0,01%	6.694.736,52	0,030	5.840.350,00	0,005	5.285.000,00	0,004	4.865.184,00	0,003
Dívida Consolidada Líquida		3.500.000,00	0,01%	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2012	2013	%	2014	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total		57.528.978	0,06%	64.102.447	0,059	75.485.537,76	0,069	74.998.534,29	0,069	77.260.028,30	0,066
Receitas Primárias (I)		56.437.000	0,05%	63.410.089	0,057	75.202.799,52	0,069	74.600.522,58	0,068	76.850.530,88	0,065
Despesa Total		57.528.978	0,06%	60.901.170	0,059	75.485.537,76	0,069	74.998.534,29	0,069	77.260.028,30	0,066
Despesas Primárias (II)		56.312.865	0,05%	60.529.639	0,057	74.289.885,60	0,068	73.822.746,41	0,068	76.240.329,00	0,065
Resultado Primário (III) = (I - II)		124135	0,00%	2.867.625	-	912.913,92	0,001	777.776,17	0,001	612.765,92	0,001
Resultado Nominal		500000	0,01%	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Dívida Pública Consolidada		3.293.150,00	0,03%	6.302.707,00	0,001	5.530.634,47	0,005	4.735.663,08	0,004	4.158.276,92	0,003
Dívida Consolidada Líquida		3.293.150,00	0,03%	0,00	0,001	0,00	-	0,00	-	0,00	-

JAGUARIBE - Ce, em 20/08/2015.

[Assinatura]

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO: JAGUARIBE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	61.056.792,59		57.065.411,21		0,00	
Reservas	0,00		0,00		0,00	
Resultado Acumulado	4.030.379,89		3.991.381,38		57.065.411,21	
TOTAL	65.087.172,48	0,00%	61.056.792,59	0,00%	57.065.411,21	0,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio	0,00		0,00	0,00%	0,00	
Reservas	0,00		0,00	0,00%	0,00	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00		0,00	0,00%	0,00	
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

JAGUARIBE - Ce, em 20/08/2015.



AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICIPIO: JAGUARIBE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)				R\$ 1,00
<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2014	2013	2012	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Imóveis				0,00
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2014	2013	2012	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	0,00	0,00	0,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida				
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2014	2013	2012	
VALOR (III)				

JAGUARIBE - Ce, em 20/08/2015.

[Assinatura]

AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE JAGUARIBE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")		R\$ 1,00		
RECEITAS		2012	2013	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES				
Recicla de Contribuições dos Segurados				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Outras Receitas de Contribuições				
Recicla Patrimonial				
Recicla de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				
RECEITAS CORRENTES				
Recicla de Contribuições				
Patronal				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Cobertura de Déficit Atuarial				
Regime de Débitos e Parcelamentos				
Recicla Patrimonial				
Recicla de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
PREVIDÊNCIA				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)		0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR				
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS				
Plano Financeiro				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				
Outros Aportes para o RPPS				
Plano Previdenciário				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial				
Outros Aportes para o RPPS				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
BENS E DIREITOS DO RPPS				

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO JAGUARIBE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")		R\$ 1,00		
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

JAGUARIBE - Ce, em 20/08/2015.

Am *Wagner*

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICIPIO: JAGUARIBE
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2016
Aumento Permanente da Receita	4.813.080,00
(-) Transferências Constitucionais	1.640.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	858.748,06
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.314.331,94
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.314.331,94
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	150.000,00
Novas DOCC	150.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.164.331,94

JAGUARIBE - Ce, em 20/08/2015.

Am Jaguaribe